

Sumário

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	----

I

A MARCA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO	25
1. Noção básica e parâmetros de uso da inteligência artificial	27
2. Usos judiciais atuais da inteligência artificial	32
a. Em matéria de procedimento	33
b. Na prova	35
c. Na argumentação.....	39
3. Limites da inteligência artificial	43
4. Decisões automatizáveis	46
a. Uma necessária atualização e automatização procedi- mental	47
b. Admissão de provas no processo civil	51
c. Admissão e decisão de recursos mediante <i>certiorari</i>	53
d. Execução e inteligência artificial	56

II

ELEMENTO PSICOLÓGICO DAS DECISÕES JUDICIAIS E IN- TELIGÊNCIA ARTIFICIAL	61
1. Como os juízes decidem?	63
2. As heurísticas nas decisões judiciais	65
a. Representatividade	66

b. Acessibilidade.....	69
c. Ancoragem e ajustamento	72
d. Afeto	75
3. As emoções	77
4. A ajuda escassa do mau uso da estatística.....	80
5. Os juízes são previsíveis?	83

III

O PERICULUM IN MORA DAS MEDIDAS DE URGÊNCIA E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	89
1. A avaliação de perigo e a inteligência artificial	91
2. Os perigos concretos nas medidas de urgência	92
a. Risco de inadimplemento ou de dilapidação patrimonial	93
b. Risco de destruição de provas.....	95
c. Risco de reiteração delitiva	97
d. Risco de fuga.....	111

IV

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E VALORAÇÃO DA PROVA	115
1. A prova por declaração de pessoas	117
a. Valoração das circunstâncias situacionais.....	118
b. Parâmetros de valoração	122
c. Formulação de perguntas	128
d. Aplicação da neurociência.....	130
2. Prova documental.....	132
a. Parâmetros de valoração de um documento e inteligência artificial.....	133
b. A inteligência artificial pode compreender um documento? ..	134

3. Prova pericial	136
a. A valoração objetiva do <i>curriculum</i> do perito.....	136
b. Os critérios Daubert são automatizáveis?	140

V

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SENTENÇA.....	145
1. A argumentação probatória.....	146
a. A motivação da valoração probatória	149
b. A ressignificação da fase de admissão e de impugnação da valoração da prova	151
c. O aplicativo de <i>standards</i> probatórios	154
c.1. A realidade intrínseca dos <i>standards</i>	155
c.2. Inteligência artificial, <i>standards</i> probatórios e <i>reglas de la sana crítica</i>	162
d. Particularmente, a apreciação da presunção de inocência ..	167
2. A argumentação jurídica.....	170
3. O fim da motivação?.....	173
4. O exame da coisa julgada, da litispendência e da reunião de processos	175
5. A independência judicial.....	178

VI

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS.....	185
1. Direito a um juiz imparcial	187
a. A essência da imparcialidade.....	187
b. Imparcialidade e inteligência artificial	190
c. Imparcialidade e independência são equivalentes no contexto da inteligência artificial.....	191

d. Preservação da imparcialidade/independência da inteligência artificial.....	194
e. Empatia e algoritmos	198
2. Direito de defesa	202
a. A publicidade dos algoritmos	203
b. Motivação e recursos. Resignificação dos tribunais superiores.....	209
c. Uma defesa de inteligência artificial frente a um juiz de inteligência artificial.....	215
3. Direito à intimidade e presunção de inocência.....	218
a. A coleta indiscriminada de dados	220
b. A determinação de padrões delitivos contrários ao direito à presunção de inocência	222
BIBLIOGRAFIA	225